

Processo Administrativo: SEINFRA-20260229508
Órgão Demandante: Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA

Setor requisitante

Setor: Secretaria Adjunta de Operação – SEAO
Responsável: Rafael Gurgel Dias
Matrícula: 72.405-2 **Cargo:** Secretário Adjunto de Operação
Referência Técnica: DFD nº 002/2026 – SEINFRA

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de pavimentação de vias públicas, com fornecimento de materiais e mão de obra para implantação de revestimento em blocos intertravados, nos bairros Planalto e Potengi, no Município de Natal/RN

TERMO DE REFERÊNCIA

(Conforme Anexo III do Decreto nº 13.469/2025)

Natal/RN

2026

1

Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA – CNPJ nº 08.249.310/0001-56
Avenida Presidente Bandeira, 2280, Lagoa Seca, CEP 59031-200
(84) 3232.8101, www.natal.rn.gov.br



SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	3
2.	DEFINIÇÃO DO OBJETO	3
3.	FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	4
4.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	5
5.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	7
6.	MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO	9
7.	MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO	14
8.	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	17
9.	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	20
10.	ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	24
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Número do Processo Administrativo: 20260229508

Unidade Requisitante: Secretaria Adjunta de Operação – SEAO

Responsável Técnico: Rafael Gurgel Dias

Matrícula: 72.405-2

Cargo/Função: Secretário Adjunto de Operação

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1 O objeto da presente contratação consiste na “Contratação de empresa especializada na execução de serviços de pavimentação de vias públicas, com fornecimento de materiais e mão de obra para implantação de revestimento em blocos intertravados, nos bairros Planalto e Potengi, no Município de Natal/RN”.

2.1 Detalhamento do objeto:

LOTE I: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NO BAIRRO PLANALTO.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Valor R\$	Peso
1	LOTE I: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO BAIRRO PLANALTO	UND	1	546.931,07	100%
1.1	Administração Local	UND	1	49.132,29	8,98%
1.2	Rua Marcos Augusto Teixeira	M²	926,00	230.978,65	42,23%
1.3	Trav. 1ª Marcos Augusto	M²	505,88	79.685,27	14,57%
1.4	Trav. 2ª Marcos Augusto	M²	354,61	55.532,61	10,15%
1.5	Rua Francisco Eduardo	M²	288,32	48.628,56	8,89%
1.6	Trav. 4ª Marcos Augusto	M²	474,04	78.997,05	14,44%
1.7	Trav. Joalyson Silva	M²	21,9	3.976,64	0,73%
Total sem BDI				R\$ 425.881,59	
Total do BDI				R\$ 121.049,48	
Total Geral				R\$ 546.931,07	

LOTE II: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NO BAIRRO POTENGI.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Valor R\$	Peso
1	LOTE II: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO BAIRRO POTENGI	UND	1	382.085,01	100%
1.1	Administração Local	UND	1	42.596,93	11,15%
1.2	Rua Zacarias Ciríaco	M²	1337,9	277.816,44	72,71%
1.3	Trav. 1ª Zacarias Ciríaco	M²	119,53	26.720,19	6,99%
1.4	Trav. 2ª Zacarias Ciríaco	M²	95,68	23.196,68	6,07%
1.5	Trav. 3ª Zacarias Ciríaco	M²	65,95	11.754,77	3,08%
Total sem BDI				R\$ 297.522,38	
Total do BDI				R\$ 84.562,63	
Total Geral				R\$ 382.085,01	



2.3 O objeto da contratação foi estruturado em dois lotes distintos, correspondentes às áreas de intervenção localizadas nos bairros Planalto e Potengi.

2.4 O parcelamento foi adotado considerando a localização geográfica das vias contempladas, que se encontram em regiões distintas do Município, bem como a necessidade de otimização da logística de execução dos serviços.

2.5 A divisão em lotes possibilita maior eficiência na mobilização de equipes e equipamentos, permite a execução simultânea das frentes de obra e amplia a competitividade do certame, viabilizando a participação de um maior número de empresas interessadas, sem comprometer a economicidade da contratação.

2.6 Trata-se de serviço comum de engenharia, de natureza não contínua, contratado por escopo, com objeto e quantitativos previamente definidos.

2.7 O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, no exercício de suas atribuições, propõe a contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação em ruas e travessas dos bairros Planalto e Potengi, no Município de Natal/RN, incluindo os serviços complementares necessários à adequada implantação da infraestrutura viária, conforme projetos e especificações técnicas.

3.3 As vias detalhadas conforme tópico 2.2 deste Termo de Referência atualmente encontra-se sem pavimentação, apresentando condições precárias de trafegabilidade, com formação de lama, atoleiros e erosões no período chuvoso, além de intensa poeira no período seco, o que compromete a mobilidade, a segurança, a saúde da população e o acesso a serviços essenciais, como escolas, unidades de saúde e transporte público.



3.4 Diante da insuficiência de estrutura operacional do Município para execução direta dos serviços, a contratação mostra-se necessária e devidamente justificada sob os aspectos técnico, social e econômico, visando promover melhoria estrutural duradoura, reduzir custos com manutenções emergenciais e assegurar melhores condições de circulação e qualidade de vida à população beneficiada.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A Descrição Da Solução Como Um Todo encontra-se pormenorizada no tópico 9 dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução de serviços de pavimentação de vias públicas, em conformidade com as especificações, condições e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.3 Pavimentação com blocos intertravados: A solução adotada para a pavimentação das vias consiste na utilização de blocos intertravados de concreto, considerando as características urbanísticas das ruas contempladas.

4.4 A adoção desse sistema construtivo apresenta as seguintes vantagens técnicas:

4.4.1 Durabilidade e Manutenção: o pavimento em blocos intertravados apresenta vida útil estimada superior a 20 anos, com menor necessidade de manutenção quando comparado a outros tipos de pavimento, além de permitir intervenções localizadas sem comprometimento da estrutura da via.

4.4.2 Drenagem Superficial: O sistema favorece o escoamento das águas pluviais por meio das juntas entre as peças, contribuindo para a drenagem superficial da via e reduzindo o acúmulo de água sobre o pavimento.

4.4.3 Rapidez e Eficiência na Execução: A execução do pavimento intertravado permite maior agilidade na implantação, possibilitando a liberação imediata da via para tráfego após a conclusão do assentamento, além de facilitar futuras intervenções em redes subterrâneas, com reaproveitamento das peças removidas.

4.4.4 Sustentabilidade e Conforto Térmico: o pavimento em blocos intertravados apresenta menor absorção de calor, contribuindo para a redução do efeito de ilhas de calor urbanas, além de maior reflexão luminosa, o que pode favorecer a eficiência da iluminação pública.



4.4.5 Segurança e Aspecto Urbanístico: a superfície apresenta características antiderrapantes, reduzindo riscos de aquaplanagem e proporcionando maior segurança para veículos e pedestres, além de permitir melhor acabamento estético e organização visual da via.

Agrupamento de itens

4.5 O agrupamento dos serviços por bairro tem por finalidade otimizar a execução contratual, considerando aspectos logísticos, operacionais e de mobilização de equipamentos necessários à execução dos serviços de pavimentação.

4.6 Tal medida permite racionalizar o deslocamento de equipes, máquinas e materiais, reduzir custos indiretos e proporcionar maior eficiência na organização das frentes de trabalho, contribuindo para a celeridade e melhor coordenação das atividades.

4.7 A divisão por áreas geográficas também possibilita melhor acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços pela Administração, evitando a fragmentação excessiva do objeto e garantindo maior eficiência na gestão contratual.

4.8 Ressalta-se que o agrupamento adotado não restringe a competitividade do certame, haja vista tratar-se de serviços comuns de engenharia amplamente executados por empresas do setor, estando a medida em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133.

4.9 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.9.1 Início da execução do objeto: a execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

4.9.2 A execução dos serviços observará as seguintes etapas técnicas, aplicáveis indistintamente ao Grupo de Itens 01 (Planalto) e ao Grupo de Itens 02 (Potengi), variando apenas os quantitativos e a extensão das vias, conforme planilhas orçamentárias e projetos anexos:

4.9.2.1 Mobilização e serviços preliminares:

- I. instalação de placa de obra;
- II. implantação de canteiro (contêiner, sanitário químico, estrutura de apoio);
- III. locação topográfica com definição de greide;



- IV sinalização provisória da via;
- V. demolições pontuais de concreto existente;
- VI. corte e aterro compensado;
- VII. carga, transporte e destinação final de resíduos;
- 4.9.2.2. Regularização e Preparação do Subleito:
 - I. regularização da superfície com motoniveladora;
 - II. ajuste de cotas e conformação transversal;
 - III. compactação mecânica;
- 4.9.2.3. Execução da Pavimentação:
 - I. Assentamento de blocos intertravados de concreto 8 cm (16 faces ou retangular colorido conforme projeto);
 - II. Execução de meio-fio e sarjetas moldados in loco ou pré-moldados;
 - III. Compactação com placa vibratória;
 - IV. Rejuntamento com areia.
- 4.9.2.4. Execução de Calçadas (quando previsto)
 - I. Execução de passeio em concreto moldado in loco;
 - II. Assentamento de guias pré-fabricadas;
- 4.10. A execução dos serviços será realizada de forma progressiva, por frentes de serviço, conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração, podendo ocorrer simultaneidade entre grupos ou etapas, desde que assegurada à conclusão integral das vias integrantes de cada grupo dentro do prazo contratual.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Critérios de sustentabilidade

5.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, tais como.

5.1.1. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com o Guia



Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS, DECOR/CGU/AGU, 6ª edição, revista, atualizada, ampliada - setembro/2023.

Subcontratação

5.2. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração e desde que não recaia sobre as parcelas consideradas técnica ou operacionalmente essenciais à execução do contrato.

5.3 A subcontratação deverá limitar-se a parcelas acessórias ou complementares dos serviços, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto contratual, bem como pela qualidade, prazos e obrigações assumidas perante a Administração.

5.4. A empresa subcontratada deverá atender às mesmas condições de habilitação exigidas para a contratada, no que couber, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica relacionada à parcela a ser executada.

5.5. A subcontratação não transfere à subcontratada qualquer vínculo contratual com a Administração Pública, permanecendo a contratada como única responsável perante a Administração pela execução integral do contrato.

5.6 É vedada a subcontratação total do objeto ou a subcontratação de parcela que comprometa a responsabilidade técnica da contratada ou a unidade do objeto contratado.

Garantia

5.7 Será exigida garantia da proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

5.8 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

5.9 A não apresentação da garantia implicará a desclassificação da proposta, observado o disposto no instrumento convocatório.



5.10. A garantia poderá ser prestada nas modalidades legalmente admitidas, quais sejam:

- 5.10.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- 5.10.2. seguro-garantia;
- 5.10.3. fiança bancária.

5.11. A garantia de proposta será devolvida:

- 5.11.1. Aos licitantes não vencedores, após o encerramento da fase de julgamento das propostas;
- 5.11.2. Ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato;
- 5.11.3. Na hipótese de revogação ou anulação da licitação, após a decisão definitiva.

5.12. A devolução ocorrerá mediante solicitação formal do interessado ou conforme disciplinado no edital.

5.13. A garantia de proposta poderá ser executada pela Administração caso o licitante:

- 5.13.1. retire sua proposta durante o prazo de validade;
- 5.13.2. recuse-se a assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 5.13.3. deixe de apresentar a documentação exigida para a contratação;
- 5.13.4. pratique ato que comprometa a lisura do certame ou frustre sua regular conclusão.

5.14. A execução da garantia não afasta a aplicação de outras sanções administrativas previstas na legislação e no edital.

5.15. Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

6. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Descrição dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução dos serviços: a CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com o projeto executivo, as especificações técnicas e o cronograma aprovado, sendo obrigatória a manutenção de Diário de Obras, devidamente atualizado e disponibilizado à fiscalização.



6.2. Cronograma de realização dos serviços: os serviços deverão ser executados de acordo com o cronograma físico-financeiro, previamente aprovado pela Administração.

6.3. Local para execução dos serviços: os serviços serão prestados nos endereços informados no detalhamento do quadro 2.2. deste Termo de Referência.

6.4. Materiais, equipamentos e recursos a serem disponibilizados: para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, utensílios e mão de obra necessários, em quantidades adequadas e com qualidade compatível com as especificações técnicas, promovendo sua substituição sempre que necessário, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

6.5. O prazo de garantia dos serviços executados: a garantia dos serviços será aquela previstos os termos do art. 618 do Código Civil.

Pagamento

6.6. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

6.6.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

Recebimento Provisório de Obra

6.7. mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.7.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.7.2. Para fins de recebimento provisório e medição dos serviços executados, o fiscal do contrato realizará a verificação dos quantitativos efetivamente executados no período, confrontando-os com as especificações técnicas, projetos e planilha orçamentária da contratação.



6.7.3. Constatada a conformidade dos serviços executados, será elaborado o boletim de medição correspondente ao período, que servirá de base para o faturamento pela contratada e posterior encaminhamento ao gestor do contrato para fins de liquidação da despesa.

6.7.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.7.5. A fiscalização poderá deixar de atestar a medição final dos serviços até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente identificadas por ocasião do recebimento provisório da obra.

Recebimento Definitivo de obra

6.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços executados e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.8.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.8.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

6.8.3. Comunicar a contratada para emissão da Nota Fiscal ou Fatura com base no boletim de medição aprovado pela fiscalização;

6.8.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



6.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.10. O recebimento provisório ou definitivo ficará suspenso enquanto persistirem inconsistências ou pendências na execução do objeto ou na documentação apresentada pela contratada.

6.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Obrigações da CONTRATADA

6.12. São obrigações da CONTRATADA:

6.12.1. Executar os serviços objeto da contratação em conformidade com o Termo de Referência, projeto, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o processo, assumindo integral responsabilidade pela qualidade e adequada execução dos serviços.

6.12.2. Fornecer toda a mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

6.12.3. Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução dos serviços, devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CAU), responsabilizando-se pela condução técnica da obra.

6.12.4. Atender às determinações da fiscalização ou da gestão do contrato, prestando todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados.

6.12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

6.12.6. Cumprir o cronograma de execução estabelecido, comunicando formalmente à Contratante quaisquer situações que possam comprometer o prazo previsto.

6.12.7. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

12



6.12.8. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos decorrentes da execução do contrato, não transferindo à Administração Pública qualquer responsabilidade por seu inadimplemento.

6.12.9. Cumprir todas as normas técnicas aplicáveis à execução de obras de pavimentação, inclusive as normas da ABNT e demais regulamentos técnicos pertinentes.

6.12.10. Adotar as medidas necessárias à segurança do trabalho, à proteção de trabalhadores, pedestres e veículos, bem como manter a adequada sinalização da área de execução dos serviços.

6.12.11. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência anormal ou acidente verificado durante a execução dos serviços.

6.12.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que esteja sendo executada em desacordo com as normas técnicas, com o Termo de Referência ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens.

6.12.13. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços.

6.12.14. Arcar com eventuais equívocos no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, exceto nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

6.12.15. Manter o local da obra limpo e organizado durante toda a execução dos serviços, promovendo a retirada de entulhos e resíduos gerados pela obra.

6.13. São Obrigações do CONTRATANTE:

6.13.1. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

6.13.2. Fornecer à Contratada todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto.

6.13.3. Permitir o acesso da Contratada às áreas onde serão executados os serviços.

6.13.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, podendo solicitar correções ou ajustes sempre que necessário para o fiel cumprimento do contrato.



- 6.13.5. Realizar as medições dos serviços executados, conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência.
- 6.13.6. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, após a verificação da regular execução dos serviços e cumprimento das condições contratuais.
- 6.13.7. Notificar formalmente a Contratada acerca de eventuais irregularidades verificadas na execução do objeto, concedendo prazo para a devida correção.

7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em estrita observância às cláusulas contratuais, às disposições deste Termo de Referência e às normas estabelecidas na Lei nº 14.133, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial, nos termos da legislação aplicável.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

- 7.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.6. O fiscal e o gestor do contrato, bem como seus respectivos substitutos, serão designados posteriormente por meio de portaria específica, a ser publicado no Diário Oficial do Município (DOM) nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Administrativa

- 7.7. Cabe ao fiscal:



7.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 12.738 de 27 de fevereiro de 2023, Art. 11, II).

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção (Decreto Municipal nº 12.738 de 27 de fevereiro de 2023, Art. 11, III).

7.7.3. O fiscal consultará o órgão ou a entidade demandante dos serviços sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais medidas (Decreto Municipal nº 12.738 de 27 de fevereiro de 2023, Art. 11, V).

7.7.4. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências (Decreto Municipal nº 12.738 de 27 de fevereiro de 2023, Art. 11, I).

7.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que:

7.7.5.1. Demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §2º e Decreto Municipal nº 12.738 de 27 de fevereiro de 2023, Art. 11, VI);

7.7.5.2. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Municipal nº 12.738 de 27 de fevereiro de 2023, Art. 11, V);

7.7.5.3. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, bem como, o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação (Decreto Municipal nº 12.738 de 27 de fevereiro de 2023, Art. 11, VII e IX).

7.7.5.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



7.7.5.5. Fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 12, I e II, do Decreto Municipal nº 12.738, de 27 de fevereiro de 2023).

7.7.5.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.7.5.7. Além do disposto acima, a fiscalização obedecerá às seguintes rotinas, dentre outras:

7.7.5.7.1. Acompanhar a quantidade do objeto para que não aconteça a falta nas unidades;

7.7.7. Acompanhar o atendimento de todas as exigências legais pela empresa.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor

7.8. Cabe ao gestor:

7.8.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração (Decreto Municipal nº 12.738, de 27 de fevereiro de 2023, art. 10, IV).

7.8.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto Municipal nº 12.738, de 27 de fevereiro de 2023, art. 10, II).



7.8.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Municipal nº 12.738, de 27 de fevereiro de 2023, art. 10, III).

7.8.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Municipal nº 12.738, de 27 de fevereiro de 2023, art. 10, VIII).

7.8.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Municipal nº 12.738, de 27 de fevereiro de 2023, art. 10, X).

7.8.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Municipal nº 12.738, de 27 de fevereiro de 2023, art. 10, VI).

7.8.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

A CONTRATADA se obriga a expedir relatórios periódicos dos quantitativos já fornecidos, sempre que requisitado pelo Gestor do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O serviço será aferido após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico financeiro.

A contratada deverá apresentar à fiscalização a documentação necessária à aferição dos serviços executados no período, sendo:

- a) Planilha de medição dos serviços executados no período;
- b) Relatório fotográfico;



c) RDO - Relatório Diário de Obras - assinados e liberados pela fiscalização;

8.2. A fiscalização técnica fará visita ao local, onde fará a conferência dos serviços medidos pela contratada e, após o ateste, elaborará Boletim de medição aprovado pela fiscalização.

8.3. A comunicação entre contratante e contratada ocorrerá por meio de registros formais no processo administrativo, podendo utilizar documentos oficiais, sistemas eletrônicos ou correio eletrônico institucional.

8.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) utilizou materiais ou executou serviços em desacordo com as especificações técnicas previstas no contrato;

Liquidação

8.5. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo 10(dez)dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus contratante.



8.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.10. A Administração verificará, previamente à liquidação da despesa e ao pagamento, a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal do contratado, conforme previsto na legislação aplicável.

8.11. Constatada irregularidade, o contratado será notificado para regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração

8.12. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos competentes e eventual rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.13. A existência de irregularidade não impedirá o pagamento pelos serviços regularmente executados, enquanto não houver decisão administrativa pela rescisão do contrato.

Pagamento

8.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data do atesto.

8.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo CONTRATADO.

8.16. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

8.17. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



8.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.19.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Infrações administrativas:

8.20. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, por grupo de itens, nos termos da Lei 14.133/2021.

9.2. A licitação será realizada sob o MODO DE DISPUTA ABERTO, com apresentação de lances sucessivos e públicos pelos licitantes, conforme disposto no art. 56 da Lei 14.133/2021

9.3. O regime de execução será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, considerando que os serviços serão medidos conforme as quantidades efetivamente executadas.



Habilitação

9.4. São exigências da habilitação:

Habilitação jurídica:

9.4.1. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.5. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.4.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria

21



Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.4.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.11. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.12. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.4.13. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação econômico financeira

9.4.14. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

9.4.15. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.4.16. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, registrados na Junta Comercial ou Escrituração Contábil Digital - SPED Contábil, comprovando:

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);



- 9.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 9.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação econômico-financeira, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devidamente comprovado por meio do balanço patrimonial apresentado.
- 9.9. A comprovação do patrimônio líquido mínimo deverá ser realizada por meio do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis apresentadas para fins de habilitação, observadas as normas contábeis vigentes.
- 9.10. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação técnica

- 9.11. Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar os documentos abaixo indicados, que comprovem aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.11.1. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade, da região da sede da empresa.
- 9.11.2. A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior devidamente habilitado, detentor de atribuições compatíveis com o objeto da licitação.
- 9.11.3. O vínculo do profissional com a empresa poderá ser comprovado por meio de:



- a) registro em carteira de trabalho;
- b) contrato de prestação de serviços;
- c) contrato social da empresa; ou
- d) declaração de contratação futura, acompanhada de anuência do profissional.

9.11.4. Deverá ser apresentada Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, em nome do profissional indicado como responsável técnico, acompanhada de atestado(s) de capacidade técnica que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

Capacidade técnico-operacional

9.11.5. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

9.11.6. Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços de engenharia relacionados à pavimentação de vias, incluindo, quando aplicável:

- a) execução de pavimentação;
- b) execução de base ou sub-base;
- c) assentamento de meio-fio ou elementos de contenção;
- d) execução de serviços de infraestrutura viária.

9.11.7. Os atestados deverão conter, no mínimo:

identificação da contratante;

descrição dos serviços executados;

período de execução;

identificação da empresa executora.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação corresponde a R\$ 929.016,08 (novecentos e vinte e nove mil, dezesseis reais e oito centavos), valor máximo aceitável pela Administração, apurado a partir dos preços unitários constantes do orçamento estimativo elaborado com base em pesquisa de mercado, conforme documentos que integram o processo administrativo da contratação.



10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADO, conforme especificado na Matriz de Risco constante no Estudo Técnico Preliminar.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. O presente Termo de Referência consolida os elementos técnicos, operacionais e jurídicos necessários à contratação de empresa especializada para a execução de obras de pavimentação em blocos intertravados, com implantação de infraestrutura complementar, em vias públicas localizadas nos bairros Planalto e Potengi, no Município de Natal/RN, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A contratação proposta tem como objetivo promover a melhoria das condições de mobilidade urbana, acessibilidade e segurança viária nas áreas contempladas, contribuindo para a redução de poeira e lama, para o adequado escoamento das águas pluviais, para o ordenamento da drenagem superficial e para a melhoria da qualidade de vida da população residente nos referidos bairros.

11.3. No que se refere aos aspectos orçamentários e financeiros, registra-se que a despesa decorrente da contratação encontra-se devidamente prevista na programação orçamentária do Município, contando com dotação específica, identificação da fonte de recursos, adequação orçamentária e financeira e saldo suficiente para a cobertura integral do valor estimado da contratação, em conformidade com as normas de responsabilidade fiscal e com os princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência e da transparência na gestão pública.

11.4. Os recursos financeiros necessários à execução da presente contratação são provenientes de Transferência Especial da União, decorrente de emenda parlamentar individual, devidamente incorporada ao orçamento do Município de Natal/RN.

11.5. A contratação será atendida pela seguinte dotação:





Dotação Orçamentária	15.512.170.1-040	Realização da Drenagem e Pavimentação dos Pontos Críticos de Alagamentos		
Fonte: 17063110	Anexo: IV	Unidade Orçamentária: 22.01		
Elemento de Despesa	Discriminação	R\$	Valor	Valor por extenso
44.90.51	Obras e Instalações			
Subelemento	99 – Outras Obras e Instalações	R\$	382.085,01	(trezentos e oitenta e dois mil, oitenta e cinco reais e um centavo).

Dotação Orçamentária	15.512.170.1-040	Elaboração da Drenagem e Pavimentação dos Pontos Críticos de Alagamentos		
Fonte: 17063110	Anexo: IV	Unidade Orçamentária: 22.01		
Elemento de Despesa	Discriminação	R\$	Valor	Valor por extenso
44.90.51	Obras e Instalações			
Subelemento	99 – Outras Obras e Instalações	R\$	546.931,07	(Quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais e sete centavos)

11.6. Dessa forma, concluída a fase preparatória da contratação, o processo administrativo encontra-se devidamente instruído para o prosseguimento do procedimento licitatório, possibilitando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e o início da execução das obras com segurança técnica e jurídica, em atendimento ao interesse público e ao desenvolvimento da infraestrutura urbana do Município de Natal/RN.

Natal/RN, 19 de março de 2026.

Maria Irani da Costa

Chefe do Setor de Orçamento. Matrícula: 73591-2.
CREA nº 2103099419.

